

A lista de 'parceiros'

Um documento encontrado pela Polícia Federal na casa de Ailton Reis, diretor da Construtora Norberto Odebrecht, estabelece, de forma definitiva, a relação direta da empreiteira com diversos parlamentares. O documento, datado de 18 de dezembro de 1992, menciona a realização de uma reunião em janeiro de 93 entre políticos e o governo para discutir os cortes de investimentos no ano de 1993. "As ações junto aos parlamentares, visando a defesa dos nossos interesses, já foram feitas, sendo entregues a estes relação de programas conforme descrito na relação em anexo", diz o texto.

A "relação em anexo" apresenta as obras de interesse da empreiteira, o valor de cada uma delas e os nomes dos parlamentares que as defenderiam da tesoura governamental. Nessa lista estão citados os deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA), Sérgio Guerra (PSB-PE), Pinheiro Landim (PMDB-CE) e Iberê Ferreira (PFL-RN). Uma outra relação — esta dividida em opções — elenca os nomes do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), do senador Teotônio Vilela Filha (PSDB-AL), da ex-deputada Tereza Jucá (hoje prefeita de Boa Vista, capital de Roraima) e, novamente, do deputado José Carlos Aleluia.

Os documentos apreendidos

informam ainda que, no dia 16 de março deste ano, funcionários da Odebrecht reuniram-se com Roseana Sarney, na casa dela, para discutir obras e emendas.

Disquetes — A Polícia Federal arrombou ontem um fichário da empreiteira Norberto Odebrecht com mais de 30 disquetes de computador, na casa de um diretor da empresa em Brasília, além de quatro disquetes soltos com a inscrição *Programa de Trabalho* em cada um deles.

Dois desses disquetes se referem a obras no sistema de abastecimento de água e no sistema de esgoto sanitário de Imperatriz, no Maranhão. As emendas destinando recursos para as obras são dos deputados Roseana Sarney (PFL-MA), José Sarney Filho (PFL-MA) e Cid Carvalho (PMDB-MA). Eles conseguiram a liberação de mais de US\$ 2 milhões no ano passado. Este ano, liberaram mais Cr\$ 250 milhões. Um quarto disquete se refere a obras em Lagoa do Jansen, também no Maranhão.

Outro disquete encontrado na casa de Ailton Reis contém todas as matérias levadas ao ar pelas emissoras de televisão sobre o assassinato do ex-governador do Acre, Edmundo Pinto, em maio de 92.

O documento encontrado pela Polícia Federal, com data de 12 de dezembro de 1992, fala de uma

reunião anterior entre governo e parlamentares, quando, diz o texto, "ficou pactuado que o governo liberaria recursos para o ano de 1993 (recursos extra-orçamento) no valor de Cr\$ 600 bilhões para programas que fossem prioritários, que estivessem em andamento/em processo de conclusão". O documento ressalta ainda que "o processo de análise de priorização acontecerá a partir de segunda-feira" (21/12/92), com os parlamentares negociando com seus partidos e com suas regiões os programas que deverão ser beneficiados".

Essa fase seria, evidentemente, anterior à reunião definitiva, prevista, de acordo com o documento, para janeiro de 1993. O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) seria responsável pela defesa de sete projetos de interesse da Odebrecht na reunião com o governo. Os projetos, no valor global e histórico de Cr\$ 62 bilhões, incluem as hidrelétricas de Cachoeira Dourada, Samuel e Corumbá, os hospitais de Olinda (RE) e Arapiraca (AL) e o sistema de esgotamento sanitário de Imperatriz, no Maranhão.

Porto — O nome do deputado Iberê Ferreira (PFL-RN) aparece na frente das obras de ampliação e melhoramentos no Porto de Natal.

Os deputados Sérgio Guerra (PSB-PE) e Pinheiro Landim (PMDB-CE) teriam recebido da Odebrecht, conforme o documento, a missão de defender seis projetos de irrigação, construção de barragens e perenização de rios, todos vinculados ao DNOCS. Pinheiro Landim era o relator do DNOCS na Comissão Mista de Orçamento, no ano passado. O nome de Sérgio Guerra surge também como responsável pela defesa das obras no trecho da rodovia BR-101 que liga Prazeres a Cabo, em Pernambuco. O trecho é de apenas 600 metros. O custo da obra, em dezembro do ano passado, era de Cr\$ 14 bilhões.

O documento apresenta uma outra relação — esta dividida em três opções. A Polícia Federal está analisando esse quadro. Na "Opção 1", aparece primeiramente o nome do estado do Maranhão, seguido do nome do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), o número da emenda (P-02717-1) e o valor (Cr\$ 4 bilhões). Depois, o estado de Alagoas, o nome do senador Teotônio Vilela Filho, a emenda P-15304-4 e o valor de Cr\$ 3 bilhões. A "Opção-3" fala de duas emendas para o estado da Bahia, também no valor global de Cr\$ 7 bilhões e com o nome de José Carlos Aleluia. A "Opção-3" se refere a obras de infra-estrutura e de pavimentação urbana em Boa Vista. As emendas são da ex-deputada Tereza Jucá.